

# DE CONCEITO E COMPROMISSOS À AÇÃO

Implementando a abordagem jurisdiccional  
para produção sustentável em Mato Grosso e Pará



01.

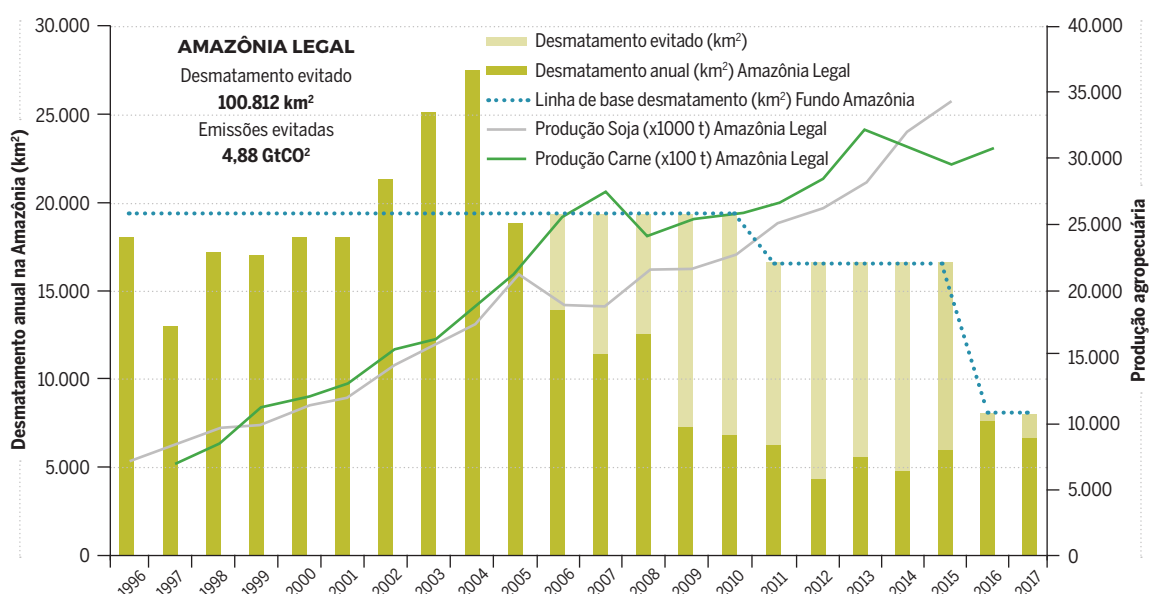
**CENÁRIO  
ATUAL DE  
DESMATAMENTO  
E COMPROMISSOS  
CORPORATIVOS**



**N**a última década, a taxa de desmatamento na Amazônia brasileira reduziu cerca de 65%, passando de 19.625 km<sup>2</sup> (média de 1996 a 2005) para cerca de 6.947 km<sup>2</sup> em 2017, o que equivale a uma redução de 4,88 Gt/CO<sup>2</sup> e das emissões de gases de efeito estufa. Esse resultado levou o Brasil à liderança mundial na redução de emissões, ao mesmo tempo que o país aumentava significativamente sua produção de soja e gado na Amazônia Legal (Figura 1). Vários fatores contribuíram para isso: i) esforços públicos e privados, como os acordos comerciais para eliminar o desmatamento nas cadeias de commodities; ii) flutuação nos preços das commodities; iii) monitoramento mais efetivo e mais transparente; iv) maior intensidade de ações de comando e controle; v) demarcação de territórios indígenas; vi) criação de Áreas Protegidas; vii) restrições de crédito agrícola; e viii) intensificação agrícola.

No entanto, o desmatamento voltou a aumentar na região a partir de 2013, e em 2016 atingiu a maior taxa desde 2009. Isto ocorreu após a principal lei que regula a proteção de florestas em imóveis privados, o Código Florestal, ter sido revisada e alterada em 2012. Também coincidiu com ameaças de alteração e afrouxamento de diversas normas ligadas à conservação ambiental, que tratam de Áreas Protegidas, Terras Indígenas e licenciamento ambiental.

No setor privado, compromissos corporativos globais para eliminar o desmatamento nas cadeias de fornecimento de commodities agrícolas sinalizam para as regiões produtoras, como o Brasil, que o mercado demandará cada vez mais sustentabilidade na produção. Esses grandes compradores passaram a exigir, dentre outras coisas, mais transparência sobre a origem dos produtos, a fim de reduzir seu risco de associação com áreas desmatadas. Exemplos desses compromissos incluem a meta de desmatamento líquido zero em 2020, adotada pelo “Fórum de Bens de Consumo”<sup>1</sup> (CGF em inglês), e a Declaração de Nova Iorque sobre Florestas<sup>2</sup>. Mesmo mercados internacionais que ainda não assumiram uma meta de redução de desmatamento, como a China, já manifestam preocupações em atrelar sua imagem à destruição de florestas<sup>3</sup>. Já na esfera nacional, destacamos iniciativas setoriais pelo fim do desmatamento na produção agrícola, como a Moratória da Soja e os Termos de Ajustamento de Conduta da Pecuária. Por fim, há indícios de que após 2020 haverá barreiras não tarifárias para produtos oriundos de países não comprometidos com a redução de suas emissões, as quais potencialmente afetam negativamente nossas exportações<sup>4</sup>.



**FIGURA 1** – Desmatamento, emissões de CO<sup>2</sup>, produção de soja e gado na Amazônia Legal entre 1996 e 2017

**FONTE:** Prodes/Inpe, IBGE PAM, PPM.





Ao mesmo tempo, as iniciativas para eliminar o desmatamento das cadeias de fornecimento vêm enfrentando grandes desafios de implementação. Um deles é a complexidade do monitoramento dos fornecedores indiretos de carne. Outro desafio é a abrangência da Moratória da Soja, que ainda é restrita a um grupo pequeno de produtores e ao bioma Amazônia<sup>5</sup>. Além disso, grande parte do crescente grupo de empresas que se comprometeram a eliminar o desmatamento em suas cadeias têm políticas pouco abrangentes (específicas para algumas commodities e biomas) e com grandes desafios e baixo grau de implementação.

Neste cenário, caso o desmatamento continue aumentando e os desafios das atuais iniciativas de cadeia não sejam superados, os compromissos corporativos de desmatamento zero dificilmente serão atingidos, com consequências para o clima e para a credibilidade das empresas envolvidas<sup>6</sup>.

## “ O desmata- mento voltou a crescer a partir de 2013.

1 Consumer Goods Forum. Deforestation Resolution. [Online] 2012. <http://www.theconsumergoodsforum.com/sustainability-strategic-focus/sustainability-resolutions/deforestation-resolution>

2 New York Declaration on Forests. Declaration and Action Agenda. Julho 2016.

3 China Dialogue. China's taste for sustainable soya could help curb deforestation. 2016. Disponível em: <https://www.chinadialogue.net/article/show/single/en/8817-China-s-taste-for-sustainable-soya-could-help-curb-deforestation>

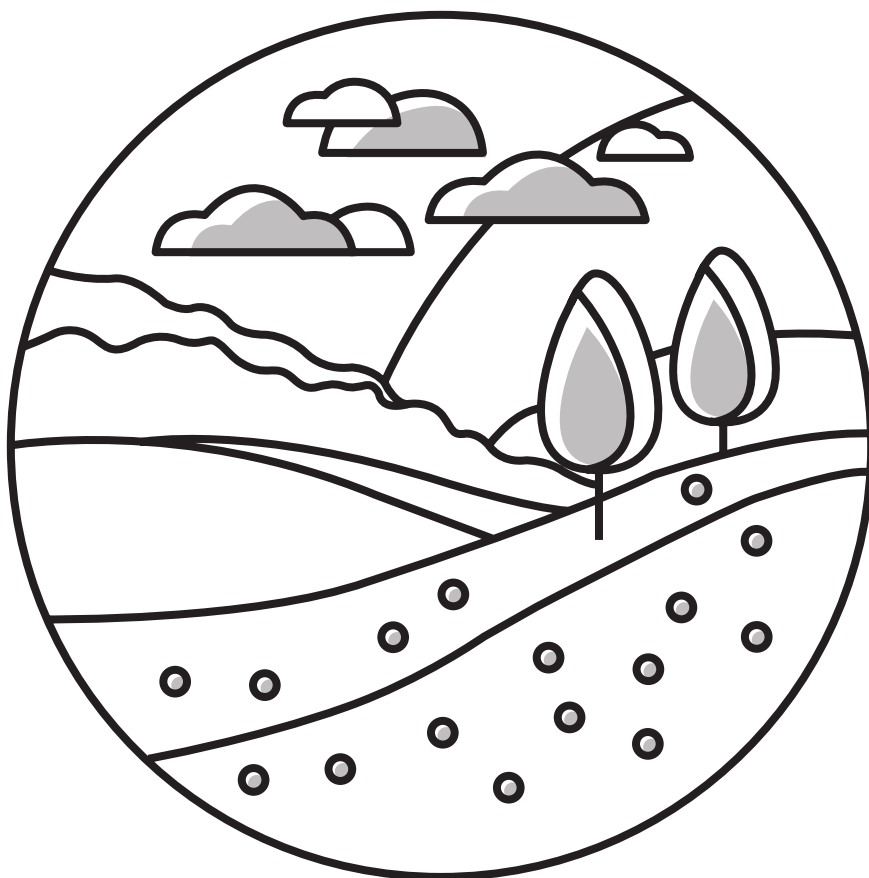
4 IPAM, 2014. Stimulating the demand for REDD+ emission reductions in Brazil: The need for a strategic intervention pre 2020: a case study for the Interim Forest Finance Project. IPAM, Brasília, Brazil.

5 Veja: <http://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/em-davos-empresas-se-comprometem-a-combater-o-desmatamento-do-cerrado/>

6 Rogerson, S. 2017. Achieving 2020: how can the private sector meet global goals of eliminating commodity-driven deforestation? Forest 500 Annual Report 2017. Global Canopy: Oxford, UK.

02.

**ABORDAGEM**  
**JURISDICCIONAL**



**N**os últimos anos, novas tecnologias e ferramentas têm melhorado a capacidade de monitoramento das cadeias de fornecimento das empresas. A despeito disso, o desmatamento não vem diminuindo, mesmo com estudos comprovando que é possível aumentar a produção sem a necessidade de fazer novos desmatamentos. Assim, além das políticas de comando e controle, torna-se igualmente importante a valorização de quem produz de forma mais sustentável, com adequação socioambiental e sem desmatamento. Mais que reconhecimento – que é importante, mas não suficiente – é necessário que se acabe com o desmatamento ilegal e que se criem e implementem incentivos positivos para quem tem o direito legal de suprimir vegetação nativa optar por não fazê-lo. Também é crucial criar políticas que acelerem processos de melhorias socioambientais contínuas para todos os produtores, em todas as cadeias de valor.

Indo ao encontro das iniciativas corporativas, estados como Mato Grosso e Pará vêm desenvolvendo suas próprias iniciativas pelo aumento de produção agropecuária sustentável. No Pará, destacamos o programa Pará 2030 e a meta de desmatamento líquido zero em 2020. Em Mato Grosso, a Estratégia - “Produzir, Conservar e Incluir (PCI)”<sup>7</sup> se comprometeu, entre outras 20 metas, com o desmatamento ilegal zero até 2020. O desafio para ambos os estados é implementar ações para além das políticas de comando e controle, coordenadas com incentivos econômicos. Dessa forma, é fundamental que as empresas compradoras de commodities apoiem e se beneficiem dessas estratégias e iniciativas estaduais, alinhando seus compromissos corporativos a essas metas estaduais e seus mecanismos de implementação.

Para promover as ações que vão levar ao cumprimento das metas, no entanto, é necessário reconhecer as diferenças em adequação ambiental e características de produção agrícola ao longo do território. Assim, o nível municipal se apresenta como uma escala mais efetiva por permitir uma abordagem jurisdicional que aproveita a existência de governos locais, facilita o monitoramento e controle de indicadores, além de permitir incentivar e valorizar os esforços de políticas públicas e ações locais.

Nesse contexto, propomos uma estratégia de implementação que considere os municípios como unidades de jurisdição e os classifique de forma simples conforme o seu desempenho ambiental. A cada classe é oferecido um conjunto de incentivos e oportunidades que impulsionam o território em direção a um maior grau de sustentabilidade na produção e à redução do desmatamento, reduzindo riscos para as cadeias de valor global e gerando novas oportunidades de desenvolvimento em nível local.

O objetivo final é fomentar arranjos para produção sustentável por meio de um alinhamento entre os compromissos corporativos com as ações governamentais e iniciativas locais. Dessa forma, incentiva-se a criação de jurisdições de produção sustentável, desacopladas de desmatamento e com impacto positivo em todo o território, ao mesmo tempo que se simplifica o monitoramento dos fornecedores e se reduzem os riscos de vazamentos.

7 Conheça mais sobre a Estratégia PCI acessando: [www.pci.mt.gov.br](http://www.pci.mt.gov.br)

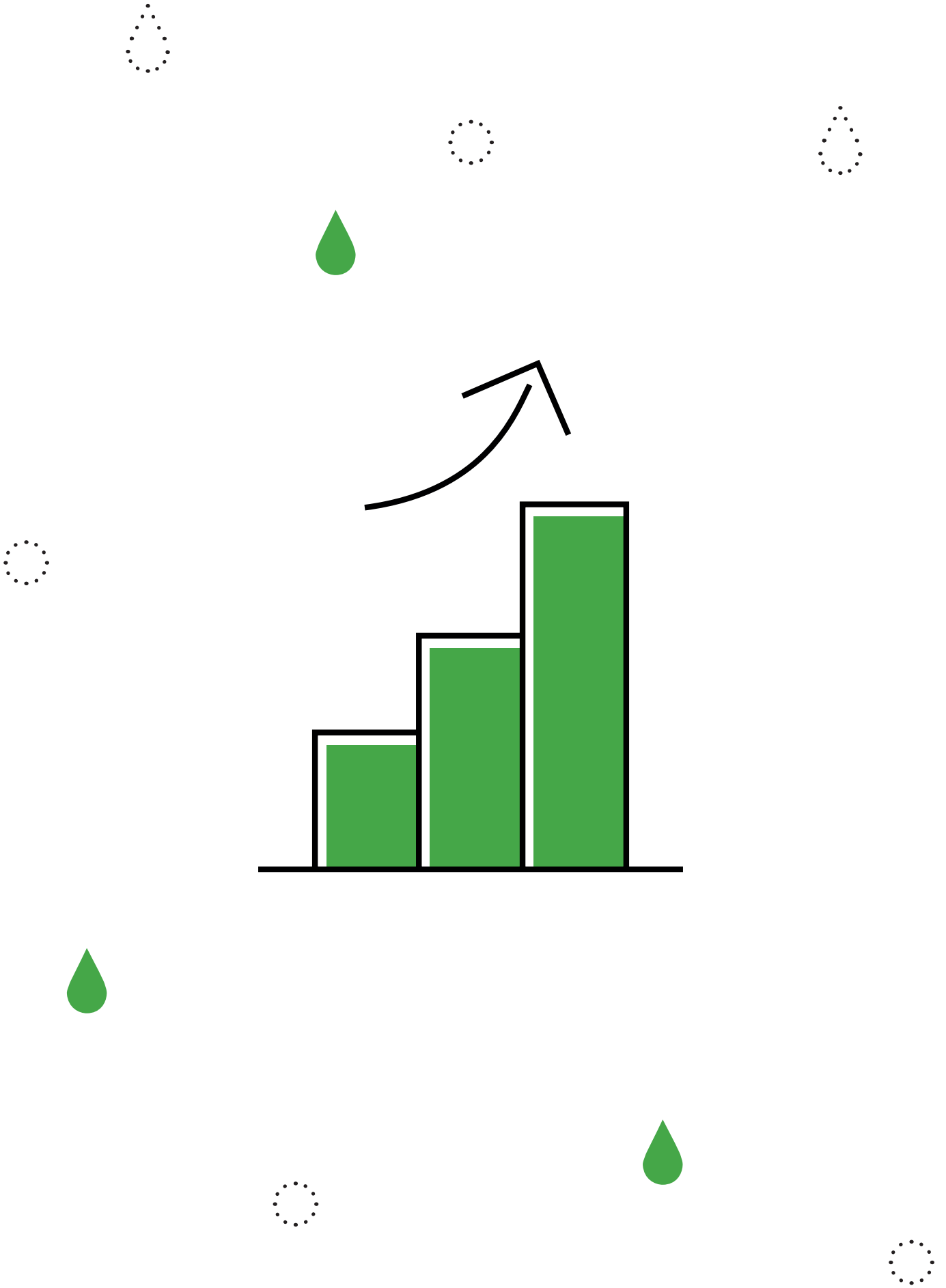


“

O objetivo é  
fomentar arranjos  
para produção  
sustentável por meio  
do alinhamento  
entre compromissos  
corporativos  
com ações  
governamentais  
e iniciativas locais.

03.

**INCENTIVOS  
PARA PRODUÇÃO  
SUSTENTÁVEL  
E COMBATE AO  
DESMATAMENTO:  
ANTES,  
DURANTE  
E DEPOIS**



O fato de a maioria dos compromissos corporativos terem como foco o fim do desmatamento oculta uma realidade inconveniente: não há desmatamento onde não há mais vegetação nativa. Considerar a área de remanescente florestal no território é tão importante quanto considerar a taxa anual de desmatamento. Isso evita uma valorização injusta de regiões atualmente sem desmatamento porque já foram totalmente desmatadas no passado, promove o desenvolvimento de paisagens de produção sustentável e colabora com o cumprimento da legislação que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Isto porque o Código Florestal exige que as propriedades rurais mantenham um mínimo de área de vegetação natural dependendo da fitofisionomia, a chamada Reserva Legal. Portanto, jurisdições com uma cobertura florestal média próxima a esse mínimo têm maiores chances de abrigar propriedades que estão de acordo com a legislação ambiental, gerando benefícios para o clima local, global, dos próprios produtores e de toda a sociedade. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que uma taxa de desmatamento baixa ou zero numa região com muita floresta remanescente pode caracterizar uma paisagem de risco futuro – regiões com pouco desmatamento, alta biodiversidade, altos estoques de carbono e difícil acesso, precisam ser preservadas. Por isso, são necessários incentivos econômicos que mantenham essa vegetação conservada, beneficiando tanto quem evita alteração nos fluxos de carbono (em geral, agricultores e pecuaristas) quanto quem promove a manutenção dos estoques de carbono (em geral, povos indígenas e comunidades tradicionais).

Assim, a classificação aqui proposta se baseia em dois critérios: 1) desmatamento recente, considerando a taxa média dos últimos três anos; e 2) vegetação nativa remanescente. De forma a reconhecer a diferente proteção legal das Áreas Protegidas e sua importância tanto para manutenção do clima global quanto para regulação hídrica e climática local – fundamentais para viabilizar a produção sustentável –, cada critério foi calculado separadamente dentro e fora das Áreas Protegidas nos municípios incidentes. Para cada um dos critérios, dentro e fora de áreas protegidas, foi estabelecida uma pontuação (de 1 a 3) e a classificação final foi obtida considerando-se a média entre os critérios. A Figura 2 a seguir resume os critérios considerados.

DESMATAMENTO MÉDIO NOS ÚLTIMOS 3 ANOS	VEGETAÇÃO NATURAL REMANESCENTE		CATEGORIA FINAL = MÉDIA DOS CRITÉRIOS
FORA DE ÁREAS PROTEGIDAS	FORA DE ÁREAS PROTEGIDAS		<b>CLASSE 1</b> Menor ou igual a 1,5
	AMAZÔNIA	CERRADO	
	< 10 km²/ano → 1	Acima de 80% → 1	Acima de 35% → 1
	Entre 10 e 40 km²/ano → 2	Entre 80 e 50% → 2	Entre 35 e 20% → 2
DENTRO DE ÁREAS PROTEGIDAS	Acima de 40 km²/ano → 3	Menor que 50% → 3	Menor que 20% → 3
	DENTRO DE ÁREAS PROTEGIDAS		<b>CLASSE 2</b> Entre 1,5 e 2
	0 km²/ano → 1	Acima de 95% → 1	
	Entre 0 e 2 km²/ano → 2	Entre 95 e 85% → 2	<b>CLASSE 3</b> Maior que 2
	Acima de 2 km²/ano → 3	Menor que 85% → 3	

**FIGURA 2** – Critérios utilizados para classificar o desempenho ambiental dos municípios.

**FONTE:** Desmatamento em áreas florestais-Prodes (2014, 2015 e 2016);  
Desmatamento em áreas não florestais-Sema-MT (2014, 2015 e 2016); Áreas Protegidas – ISA.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> No estado do Pará, por falta de dados, as áreas não florestais foram excluídas da análise e do cálculo dos critérios. Essas áreas estão destacadas no mapa com os resultados.



**FIGURA 3** – Classes de sustentabilidade jurisdicional resultantes da combinação dos critérios de desmatamento e remanescente florestal.

## **SÃO PROPOSTAS TRÊS CLASSES FINAIS PARA OS MUNICÍPIOS:**

- ↳ **CLASSE 1:** Municípios com alta sustentabilidade jurisdicional, onde há remanescentes de vegetação nativa tanto em áreas privadas quanto em áreas públicas e as taxas de desmatamento são baixas;
- ↳ **CLASSE 2:** Municípios com média sustentabilidade jurisdicional, com taxas de desmatamento médias e com remanescentes também médios, ou ainda, onde o desempenho seja ruim em um dos critérios (desmatamento alto ou remanescente baixo);
- ↳ **CLASSE 3:** Municípios com baixa sustentabilidade jurisdicional, com altas taxas de desmatamento e pouca presença de remanescentes, onde é necessário maior apoio de atores privados e públicos para melhoria da sustentabilidade.

Para cada uma dessas classes sugere-se um conjunto específico de incentivos e políticas públicas, de forma a reconhecer que o caminho rumo à produção sustentável livre de desmatamento deve ser apoiado por mecanismos e arranjos econômicos, sem prejuízo da ação governamental de comando e controle.

Desse modo, a classificação inova ao promover incentivos customizados às diferentes demandas e realidades, ao invés de meramente propor a exclusão de regiões ou produtores por não estarem adequados a um determinado nível de exigência. Essa abordagem permite que a sustentabilidade na produção seja promovida de forma mais efetiva tanto em regiões ainda pouco desmatadas e com pouco passivo por meio da prevenção do desmatamento e valorização de ativos, quanto em regiões de fronteira com altos índices de desmatamento e de passivo, promovendo a restauração florestal e a regularização ambiental. Dessa forma, espera-se obter uma redução do desmatamento e consolidação da produção sustentável de forma sólida e permanente em todo o território.

A Figura 3 ilustra a evolução das classes de acordo com os critérios, tendo como objetivo final uma jurisdição com alta sustentabilidade na produção. À medida que o território, ou município, evolui na redução do desmatamento e na conservação ou restauração de sua vegetação nativa, ele sobe um degrau rumo ao topo da classificação, reduzindo o risco de compra para a cadeia em termos de responsabilização por desmatamento ilegal ou irregularidades socioambientais.

04.

**APLICAÇÃO EM**  
**MATO GROSSO**  
**E PARÁ**





**T**anto em Mato Grosso quanto no Pará, 58% dos municípios estão na classe 2, indicando que em boa parte dos estados o caminho para o nível mais alto de produção sustentável já está sendo percorrido com a redução do desmatamento e manutenção de remanescentes florestais. A grosso modo, isso é consistente com a redução histórica do desmatamento em ambos os estados. Aqui serão de extrema importância, por exemplo, os mecanismos de redução de riscos de investimento (de-risking) e o apoio à difusão de tecnologias que permitam investir na regularização ambiental da propriedade, assim como na contínua intensificação da produção desacoplada do desmatamento.

A classe 1, a mais alta da escada rumo à construção de territórios de produção sustentável, reúne 28% dos municípios de Mato Grosso e 21% dos municípios do Pará. Em Mato Grosso, a maioria desses municípios está localizada na região sudeste do estado, onde a produção de commodities não é proeminente. No entanto, municípios como Água Boa, Campo Novo do Parecis, Nova Mutum e Sapezal estão localizados em região de fronteira agrícola ou de produção bastante consolidada, indicando que é possível produzir commodities em larga escala ao mesmo tempo que se conserva o meio ambiente. No Pará, muitos dos municípios da classe 1 estão localizados na Calha Norte, em regiões de pouca contribuição e aptidão para as cadeias produtivas de gado e soja. Portanto, para aumentar o volume de commodities produzidas em municípios com bons índices de desempenho ambiental e com aptidão agrícola, é preciso haver ações públicas e privadas para apoiar os municípios da classe 2 a melhorarem seu desempenho e alcançarem a classe 1.

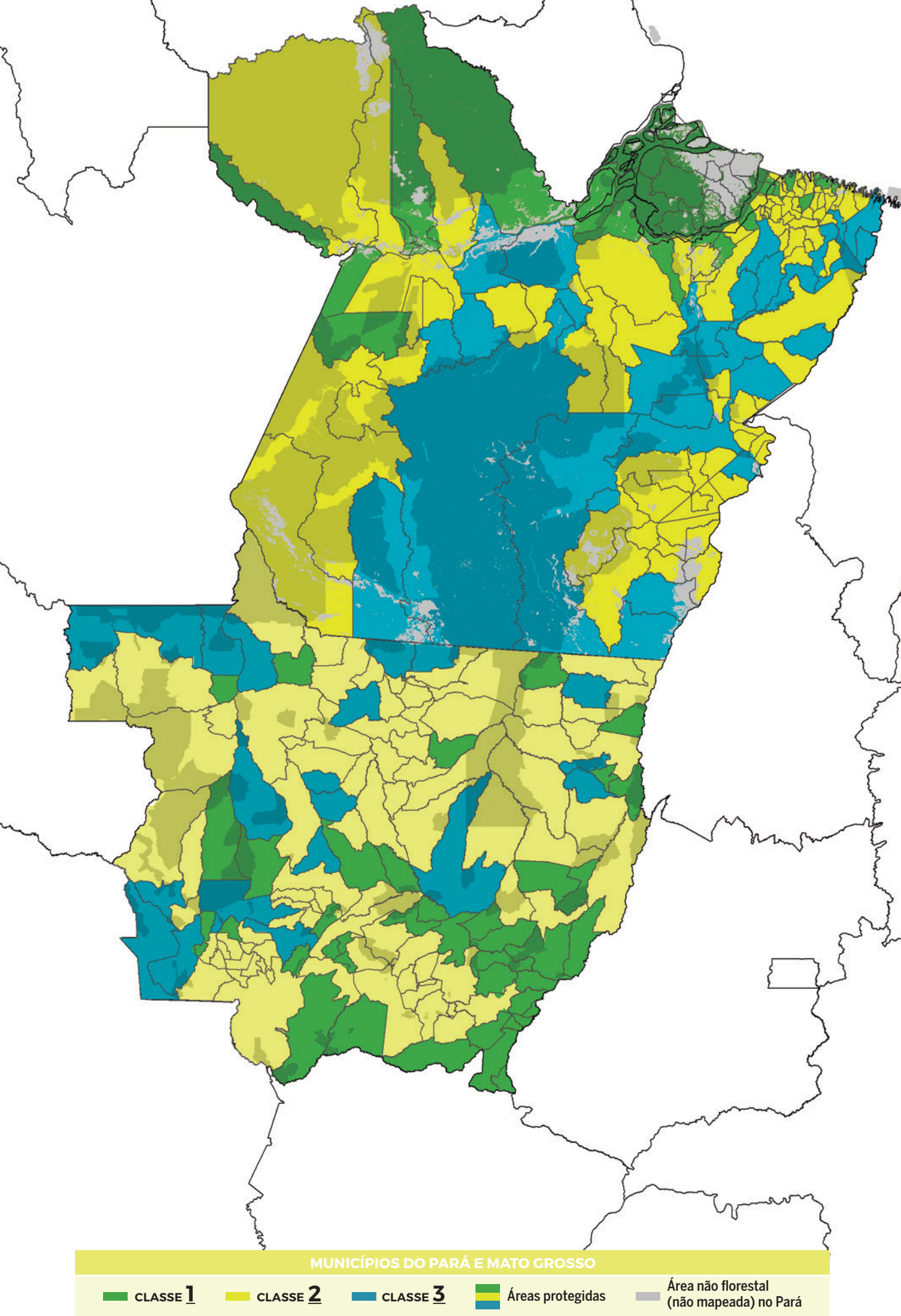
Os 14% restantes dos municípios de Mato Grosso e 21% dos municípios do Pará são aqueles onde a geração de oportunidades que fomentam a recuperação da paisagem e reduzem drasticamente as taxas de desmatamento são emergenciais e cruciais para elevar o nível de produção sustentável e reduzir o risco comercial. Nessa classe 3, encontram-se vários municípios da fronteira agrícola na região norte de Mato Grosso, tais como Colniza e Cotriguaçu, além de municípios em regiões mais consolidadas e de alta produção agrícola, como Tapurah e Paranatinga. No Pará, a situação preocupante é a mesma. Nessa classe estão, por exemplo, os municípios de São Félix do Xingu, que possui o maior rebanho bovino municipal do país, e Marabá, que possui o quinto maior rebanho do país.

A avaliação da produção de gado e soja (as principais commodities) nos municípios na classe 1 (a de melhor desempenho) em Mato Grosso e Pará reforça a urgência do desafio, como mostra a Tabela 1. Em Mato Grosso, apenas 18% do rebanho e 29% da soja são originadas de municípios nessa classe, enquanto que no Pará a situação é ainda pior, 3% do rebanho e 0% da soja.

	REBANHO		PRODUÇÃO SOJA	
	MATO GROSSO	PARÁ	MATO GROSSO	PARÁ
<b>CLASSE 1</b>	18%	3%	29%	0%
<b>CLASSE 2</b>	60%	47%	59%	59%
<b>CLASSE 3</b>	22%	50%	12%	41%

**TABELA 1** – Proporção do rebanho e produção de soja em relação ao total produzidos nos municípios em cada classe no Pará e em Mato Grosso.

**FONTE:** Rebanho e Produção de soja (IBGE, 2016).



**FIGURA 4** – Municípios de Mato Grosso e Pará classificados de acordo com os critérios de sustentabilidade jurisdicional.

05.

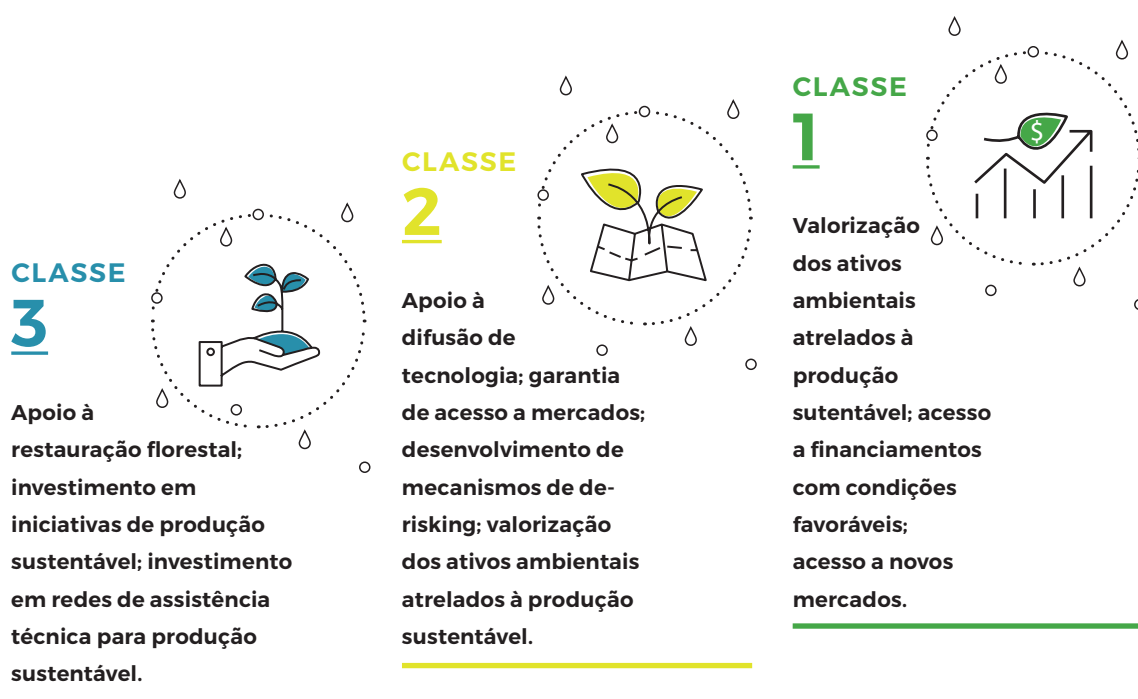
**INCENTIVOS E**  
**OPORTUNIDADES**



Conforme os resultados mostram, é urgente que os municípios que concentram a maior parte da produção de commodities evoluam rumo a uma maior sustentabilidade da produção, reduzindo o desmatamento e promovendo a restauração florestal para alcançar a regularização ambiental.

Uma maior participação e envolvimento do setor privado, em complementação às políticas e ações de comando e controle, é fundamental para melhoria desses índices e para promover uma evolução dos municípios para melhores classes de forma proativa e sustentada no longo prazo.

Para essa evolução, é fundamental que sejam oferecidas ações de apoio e incentivos que devem ser direcionadas de acordo com a classe em que os municípios se encontram. Algumas sugestões de diferentes ações de apoio para as classes estão ilustradas na Figura 5.



**FIGURA 5** – Sugestões de ações de incentivos a serem realizadas por empresas e investidores para cada uma das classes de municípios.

Essa proposta foi construída com a ideia de ser simples o suficiente para possibilitar sua adoção pelo setor privado e complexa o suficiente para considerar critérios mínimos que reflitam um bom desempenho dos municípios. É também compatível e visa dialogar com outras iniciativas propostas ou em curso nesses estados, como a estratégia “Produzir, Conservar e Incluir em Mato Grosso”, o Programa Pará 2030, o Projeto Conserv<sup>9</sup>, o Programa REDD+ for Early Movers (REM) em Mato Grosso, o potencial apoio do Fundo Althelia de Clima para o sistema REDD+ de Mato Grosso, e o fundo “de-risking” do &Green.<sup>10</sup>

O próximo passo na construção da proposta é ampliar os diálogos com os atores envolvidos direta e indiretamente no tema. A proposta está aberta à discussão e a sugestões que venham contribuir para a maior efetividade da implementação da abordagem jurisdicional para produção sustentável em Mato Grosso e Pará, servindo de exemplo para as demais regiões.

<sup>9</sup> Conserv é uma iniciativa liderada pelo IPAM com parceria do EDF e Woods Hole Research Center, que visa compensar proprietários rurais do Mato Grosso pela manutenção dos seus excedentes de vegetação nativa.

<sup>10</sup> O Fundo & Green investe em projetos comerciais das cadeias de produção agrícola, visando proteger e restaurar florestas tropicais e pântanos, assim como tornar a agricultura mais inclusiva e sustentável (<http://www.andgreen.fund>).





# Territórios de Produção Sustentável em Mato Grosso e Pará.





1

CLASSE

## MATO GROSSO

- |                           |                        |                             |
|---------------------------|------------------------|-----------------------------|
| 1. ACORIZAL               | 15. JURUENA            | 29. RIBEIRÃOZINHO           |
| 2. ÁGUA BOA               | 16. LUCIARA            | 30. SANTA CRUZ DO XINGU     |
| 3. ALTO ARAGUAIA          | 17. NOVA NAZARÉ        | 31. SANTA RITA DO TRIVELATO |
| 4. ALTO GARÇAS            | 18. NOVA BRASILÂNDIA   | 32. SANTO ANTÔNIO DO LESTE  |
| 5. ALTO PARAGUAI          | 19. NOVA MUTUM         | 33. SAPEZAL                 |
| 6. ALTO TAQUARI           | 20. NOVO SÃO JOAQUIM   | 34. SERRA NOVA DOURADA      |
| 7. ARAGUAIANA             | 21. NOVO SANTO ANTÔNIO | 35. TESOURO                 |
| 8. ARAGUAÏNHA             | 22. PLANALTO DA SERRA  | 36. TORIXORÉU               |
| 9. BARÃO DE MELGAÇO       | 23. POCONÉ             | 37. UNIÃO DO SUL            |
| 10. BARRA DO GARÇAS       | 24. PONTAL DO ARAGUAIA | 38. VALE DE SÃO DOMINGOS    |
| 11. CAMPO NOVO DO PARECIS | 25. PONTE BRANCA       | 39. VÁRZEA GRANDE           |
| 12. GENERAL CARNEIRO      | 26. PORTO ESTRELA      | 40. NOVA MONTE VERDE        |
| 13. ITIQUIRA              | 27. PRIMAVERA DO LESTE |                             |
| 14. JANGADA               | 28. RESERVA DO CABAÇAL |                             |

2

CLASSE

## MATO GROSSO

- |                           |                                 |                                |
|---------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| 1. ALTA FLORESTA          | 29. GUIRATINGA                  | 57. PORTO ALEGRE DO NORTE      |
| 2. APIACÁS                | 30. INDIAVAÍ                    | 58. PORTO DOS GAÚCHOS          |
| 3. ARAPUTANGA             | 31. IPIRANGA DO NORTE           | 59. PORTO ESPIRIDIÃO           |
| 4. ARENÓPOLIS             | 32. ITAÚBA                      | 60. POXORÉO                    |
| 5. ARIPUANÃ               | 33. JACIARA                     | 61. QUERÊNCIA                  |
| 6. CÁCERES                | 34. JAURU                       | 62. SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS |
| 7. CAMPINÁPOLIS           | 35. JUARA                       | 63. RIBEIRÃO CASCALHEIRA       |
| 8. CAMPO VERDE            | 36. JUÍNA                       | 64. RIO BRANCO                 |
| 9. CAMPOS DE JÚLIO        | 37. JUSCIMEIRA                  | 65. SANTA CARMEN               |
| 10. CANABRAVA DO NORTE    | 38. LAMBARI D'OESTE             | 66. SANTO AFONSO               |
| 11. CANARANA              | 39. LUCAS DO RIO VERDE          | 67. SÃO JOSÉ DO POVO           |
| 12. CARLINDA              | 40. MARCELÂNDIA                 | 68. SÃO JOSÉ DO XINGU          |
| 13. CASTANHEIRA           | 41. MATUPÁ                      | 69. SÃO PEDRO DA CIPA          |
| 14. CHAPADA DOS GUIMARÃES | 42. MIRASSOL D'OESTE            | 70. RONDOLÂNDIA                |
| 15. CLÁUDIA               | 43. NOBRES                      | 71. RONDONÓPOLIS               |
| 16. COCALINHO             | 44. NORTELÂNDIA                 | 72. ROSÁRIO D'OESTE            |
| 17. COLÍDER               | 45. NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO | 73. SALTO DO CÉU               |
| 18. COMODORO              | 46. NOVA GUARITA                | 74. SANTA TEREZINHA            |
| 19. CONQUISTA D'OESTE     | 47. NOVA MARILÂNDIA             | 75. SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER  |
| 20. CUIABÁ                | 48. NOVA MARINGÁ                | 76. SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA      |
| 21. CURVELÂNDIA           | 49. NOVA SANTA HELENA           | 77. SINOP                      |
| 22. DENISE                | 50. NOVA OLÍMPIA                | 78. SORRISO                    |
| 23. DIAMANTINO            | 51. NOVA UBIRATÃ                | 79. TABAPORÃ                   |
| 24. DOM AQUINO            | 52. NOVA XAVANTINA              | 80. TERRA NOVA DO NORTE        |
| 25. FELIZ NATAL           | 53. NOVO HORIZONTE DO NORTE     | 81. VERA                       |
| 26. FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE | 54. PARANAÍTA                   | 82. VILA RICA                  |
| 27. GAÚCHA DO NORTE       | 55. PEDRA PRETA                 |                                |
| 28. GLÓRIA D'OESTE        | 56. PEIXOTO DE AZEVEDO          |                                |

3

CLASSE

## MATO GROSSO

- |                                      |                           |
|--------------------------------------|---------------------------|
| 1. ALTO BOA VISTA                    | 11. NOVA BANDEIRANTES     |
| 2. BARRA DO BUGRES                   | 12. NOVA LACERDA          |
| 3. BOM JESUS DO ARAGUAIA             | 13. NOVA CANAÃ DO NORTE   |
| 4. BRASNORTE                         | 14. NOVO MUNDO            |
| 5. COLNIZA                           | 15. PARANATINGA           |
| 6. CONFRESA                          | 16. PONTES E LACERDA      |
| 7. COTRIGUAÇÚ                        | 17. SÃO JOSÉ DO RIO CLARO |
| 8. GUARANTÃ DO NORTE                 | 18. TANGARÁ DA SERRA      |
| 9. ITANHANGÁ                         | 19. TAPURAH               |
| 10. VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE |                           |

## PARÁ

- |                       |                         |                                |
|-----------------------|-------------------------|--------------------------------|
| 1. AFUÁ               | 15. FARO                | 29. SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA |
| 2. ALENQUER           | 16. GURUPÁ              | 30. SOURE                      |
| 3. ALMEIRIM           | 17. IGARAPÉ-AÇU         | 31. VIGIA                      |
| 4. ANAJÁS             | 18. IGARAPÉ-MIRI        |                                |
| 5. AVEIRO             | 19. JURUTI              |                                |
| 6. BAGRE              | 20. LIMOEIRO DO AJURU   |                                |
| 7. BARCARENA          | 21. MELGAÇO             |                                |
| 8. BREVES             | 22. MUANÁ               |                                |
| 9. CACHOEIRA DO ARARI | 23. PONTA DE PEDRAS     |                                |
| 10. CHAVES            | 24. QUATIPURU           |                                |
| 11. COLARES           | 25. SALINÓPOLIS         |                                |
| 12. CURRALINHO        | 26. SALVATERRA          |                                |
| 13. CURUÁ             | 27. SANTA CRUZ DO ARARI |                                |
| 14. CURUÇÁ            | 28. SÃO JOÃO DE PIRABAS |                                |

## PARÁ

- |                              |                         |                              |
|------------------------------|-------------------------|------------------------------|
| 1. ABAETETUBA                | 29. GARRAFÃO DO NORTE   | 57. PEIXE-BOI                |
| 2. ABEL FIGUEIREDO           | 30. INHANGAPI           | 58. PIÇARRA                  |
| 3. ÁGUA AZUL DO NORTE        | 31. IRITUIA             | 59. PORTEL                   |
| 4. ANANINDEUA                | 32. ITAITUBA            | 60. PRIMAVERA                |
| 5. ANAPU                     | 33. JACAREACANGA        | 61. REDENÇÃO                 |
| 6. AUGUSTO CORRÊA            | 34. JACUNDÁ             | 62. RIO MARIA                |
| 7. AURORA DO PARÁ            | 35. MÃE DO RIO          | 63. RURÓPOLIS                |
| 8. BANNACH                   | 36. MAGALHÃES BARATA    | 64. SANTA BÁRBARA DO PARÁ    |
| 9. BELÉM                     | 37. MARACANÁ            | 65. SANTA IZABEL DO PARÁ     |
| 10. BELTERRA                 | 38. MARAPANIM           | 66. SANTA MARIA DO PARÁ      |
| 11. BENEVIDES                | 39. MARITUBA            | 67. SANTARÉM                 |
| 12. BOM JESUS DO TOCANTINS   | 40. MEDICILÂNDIA        | 68. SANTARÉM NOVO            |
| 13. BONITO                   | 41. MOCAJUBA            | 69. SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ    |
| 14. BRAGANÇA                 | 42. MOJU                | 70. SÃO CAETANO DE ODIVELAS  |
| 15. BRASIL NOVO              | 43. MOJÚ DOS CAMPOS     | 71. SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA |
| 16. BREJO GRANDE DO ARAGUAIA | 44. MONTE ALEGRE        | 72. SÃO DOMINGOS DO CAPIM    |
| 17. BUJARU                   | 45. NOVA IPIXUNA        | 73. SÃO FRANCISCO DO PARÁ    |
| 18. CAMETÁ                   | 46. NOVA TIMBOTEUA      | 74. SÃO JOÃO DA PONTA        |
| 19. CANAÃ DOS CARAJÁS        | 47. ÓBIDOS              | 75. SÃO JOÃO DO ARAGUAIA     |
| 20. CAPANEMA                 | 48. OEIRAS DO PARÁ      | 76. SÃO MIGUEL DO GUAMÁ      |
| 21. CASTANHAL                | 49. ORIXIMINÁ           | 77. SAPUCAIA                 |
| 22. CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA    | 50. OURÉM               | 78. SENADOR JOSÉ PORFÍRIO    |
| 23. CONCÓRDIA DO PARÁ        | 51. OURILÂNDIA DO NORTE | 79. TERRA ALTA               |
| 24. CUMARU DO NORTE          | 52. PACAJÁ              | 80. TERRA SANTA              |
| 25. CURIONÓPOLIS             | 53. PALESTINA DO PARÁ   | 81. TRACUATEUA               |
| 26. DOM ELISEU               | 54. PARAGOMINAS         | 82. TRAIRÃO                  |
| 27. ELDORADO DO CARAJÁS      | 55. PARAUPEBAS          | 83. XINGUARA                 |
| 28. FLORESTA DO ARAGUAIA     | 56. PAU D'ARCO          |                              |

## PARÁ

- |                       |                               |                             |
|-----------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| 1. ACARÁ              | 11. NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ   | 21. SÃO FÉLIX DO XINGU      |
| 2. ALTAMIRA           | 12. NOVO PROGRESSO            | 22. SÃO GERALDO DO ARAGUAIA |
| 3. BAIÃO              | 13. NOVO REPARTIMENTO         | 23. TAILÂNDIA               |
| 4. BREU BRANCO        | 14. PLACAS                    | 24. TOMÉ-AÇU                |
| 5. CACHOEIRA DO PIRIÁ | 15. PORTO DE MOZ              | 25. TUCUMÃ                  |
| 6. CAPITÃO POÇO       | 16. PRAINHA                   | 26. TUCURUÍ                 |
| 7. GOIANÉSIA DO PARÁ  | 17. RONDON DO PARÁ            | 27. ULIANÓPOLIS             |
| 8. IPIXUNA DO PARÁ    | 18. SANTA LUZIA DO PARÁ       | 28. URUARÁ                  |
| 9. ITUPIRANGA         | 19. SANTA MARIA DAS BARREIRAS | 29. VISEU                   |
| 10. MARABÁ            | 20. SANTANA DO ARAGUAIA       | 30. VITÓRIA DO XINGU        |



# O engajamento do setor privado na promoção de sustentabilidade jurisdicional é crucial para o alinhamento e sucesso tanto das metas corporativas quanto dos objetivos de políticas públicas.

## AUTORES

Paula Bernasconi  
Cecilia Simões  
Marcelo C. C. Stabile  
Stephan Schwartzman  
Brenda Brito  
Renan Moura  
Rodrigo G. P. Junqueira  
Ricardo Abad

## REVISÃO DE CONTEÚDO

Paulo Barreto

## REVISÃO DE TEXTO

Gláucia Barreto

## PROJETO GRÁFICO

Ester Marciano

## IMAGEM CAPA

Ministério da Agricultura

## REALIZAÇÃO



## APOIO

